

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ 10.663.610/0001-29

Relatório da Administração - 2016

I A DESENVOLVE SP

Criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007, a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma instituição financeira de desenvolvimento, que atua em todo o Estado de São Paulo e oferece seus produtos e serviços destinados a atender, prioritariamente, as empresas de pequeno e médio porte e, também, os municípios paulistas, colaborando para a qualidade de vida da população.

A Agência de Desenvolvimento Paulista, com sede no município de São Paulo, iniciou suas atividades em março de 2009, com capital integralizado de R\$ 1 bilhão, e faz parte da administração indireta do estado de São Paulo, sendo vinculada à Secretaria da Fazenda.

A Desenvolve SP acredita que o crédito consciente pode transformar de forma positiva a economia paulista, gerando desenvolvimento, emprego e renda, e que com o financiamento de longo prazo é possível investir em tecnologia, inovação e aumentar a eficiência e a sustentabilidade nos negócios, com respeito ao meio ambiente e preservando os recursos naturais.

Público-Alvo

A Desenvolve SP atende empresas com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, instaladas e com sede no Estado de São Paulo, dos setores da indústria, comércio, agronegócio e serviços, e para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a Desenvolve SP atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros. As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

Objetivos Institucionais

- Ser parceira estratégica do Governo Estadual em seus planos de desenvolvimento;
- Fomentar a aplicação da inovação na economia paulista com vistas ao aumento da produtividade e competitividade de forma sustentável;
- Contribuir para a geração de emprego e renda, bem como para a redução das diferenças regionais, no estado de São Paulo.

Missão: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

Visão: Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Valores: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

II PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico para o período de 2016 a 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração, em dezembro de 2015, sendo definido de forma clara e objetiva o mapa estratégico da instituição, que apresenta as prioridades e ênfases da atuação da Desenvolve SP, no que condiz com o cumprimento de sua missão, e descreve a estratégia da instituição por meio de objetivos relacionados entre si.

Principais Diretrizes

Relação com o Governo: Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo com o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, e reduzindo as diferenças regionais.

Inovação: Fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

Autossustentabilidade: Assegurar a autossustentabilidade de forma a ampliar e aprofundar o papel da instituição na economia paulista, gerindo seus ativos com transparência, ética e responsabilidade.

Excelência Operacional: Buscar a excelência em seus processos operacionais, tecnológicos e humanos, visando ao aumento da produtividade e promovendo a cultura e integração organizacional.

Plano Estratégico de Curto e Longo Prazo

Em consonância com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, foi elaborado o Plano Estratégico de Curto e Longo Prazo - Revisão Anual da Desenvolve SP, onde constam informações sobre a estratégia de atuação da instituição e seu plano de negócios.

Posicionamento Estratégico

Frente aos cenários apresentados, os posicionamentos estratégicos da Desenvolve SP para os próximos anos serão os seguintes:

- Curto e médio prazo: Captação de novos recursos junto a instituições de fomento multilaterais; Estabelecimento de acordos e parcerias com organismos financeiros multilaterais; Transferência da gestão de fundos de desenvolvimento para a Desenvolve SP; Apoio a projetos inovadores; Apoio a projetos de infraestrutura a nível municipal.
- Longo prazo: Gestão de recursos visando à sustentabilidade da instituição - capitalização da instituição; Apoio a projetos que promovam o aumento da produtividade e competitividade das empresas paulistas.

III ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP busca promover, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes.

A instituição atua por meio das linhas de financiamento e, também, como administradora dos Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, oferece opções de garantias por meio dos Fundos Garantidores, apoia o crescimento das empresas paulistas, algumas *startups* via Fundos de Investimento e Participação (FIPs), e abrange todo o território paulista através das parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos.

1 LINHAS DE FINANCIAMENTO

A instituição oferece um amplo leque de opções de linhas de financiamento, com juros competitivos e prazos de pagamento que chegam a até 10 anos, para ampliação e modernização da capacidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, entre muitas outras, e linhas para o financiamento de obras que melhoram a infraestrutura dos municípios.

A Desenvolve SP, no ano de 2016, disponibilizou 29 linhas de financiamento a diversos setores e públicos, com três lançamentos:

- Linha de financiamento BNDES Exim Pré-Embarque Empresa Inovadora, que tem como objetivo aumentar a competitividade das empresas inovadoras por meio do financiamento à exportação de bens e serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil.
- Linha BNDES Soluções Tecnológicas, que financia a aquisição de soluções providas por fornecedores cadastrados no Credenciamento de Fornecedores de Soluções Tecnológicas (CFST) do BNDES. Entende-se por solução tecnológica a aplicação de uma tecnologia orientada a satisfazer as necessidades de criação/modificação de produto ou processo da beneficiária final.
- Linha Crédito Digital, modalidade de crédito rápido criada para desburocratizar o acesso de empresas de pequeno porte ao

financiamento de capital de giro. Desde o começo de sua operacionalização, até 31 de dezembro de 2016, foram desembolsados R\$ 3,1 milhões para 56 empresas.

2 FUNDOS GARANTIDORES

Como toda instituição financeira, para conceder financiamento, a Desenvolve SP exige garantias ao tomador do crédito. No entanto, muitas vezes, os pequenos e médios empresários não possuem garantias suficientes, como imóveis, veículos, recebíveis, entre outras. Nesses casos, a Desenvolve SP oferece quatro fundos garantidores que podem suprir a insuficiência das garantias exigidas, viabilizando a contratação: o Fundo de Aval (FDA), o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e Fundo Garantidor de Operações (FGO).

3 FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001 e previsto na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento com recursos destinados aos programas e projetos do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, em 2016, além do Fundo de Aval (FDA), a Desenvolve SP administrou três fundos, cujo patrimônio total é de R\$ 397,1 milhões: o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet), o Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac) e o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR).

Estão, ainda, em tratativas as transferências do Fundo Estadual de Controle da Poluição (Fecop), do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fidec), do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social (Fides), e do Fundo Estadual de Eletrificação Rural (Feer).

O Fundo Estadual de Saneamento Básico (Fesb) e o Fundo Estadual de Saneamento (Fesan) serão transferidos após a conclusão da transferência e operacionalização dos fundos citados acima.

4 FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

A Desenvolve SP apoia o crescimento das empresas paulistas, também, por meio dos Fundos de Investimento em Participações, instrumentos financeiros regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que selecionam e investem em empresas de grande potencial em troca de sociedade na companhia.

A colaboração vai além do investimento de capital, podendo trazer relacionamentos com outras empresas e novos mercados, apoio à gestão profissional e suporte estratégico focado no crescimento da empresa. Os fundos são constituídos com capital de investidores qualificados, possuem tempo de vida definido, e gestores habilitados e qualificados em encontrar e administrar as empresas escolhidas para investimento.

Desta maneira, a Desenvolve SP assume o compromisso de fomentar a cultura de capital de risco no país, configurando uma importante alternativa de crédito, que além de recursos, traz consigo uma melhor gestão e mais eficiência para os negócios.

A Desenvolve SP tem participação em cinco Fundos de Investimento em Participações de diferentes características:

- Fundo Inovação Paulista, idealizado pela Desenvolve SP, faz parte do Programa São Paulo Inova. Seu foco setorial são empresas inovadoras nos setores de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias em saúde, instaladas no Estado de São Paulo, possuindo um capital subscrito de R\$ 105,0 milhões. O Fundo Inovação Paulista, iniciado em dezembro de 2013, investiu, até 31 de dezembro de 2016, em doze empresas.
- Fundo de Investimento em Participação Aeroespacial, de abrangência nacional, destinado aos setores aeroespacial, defesa, segurança e integração de sistemas. Com capital subscrito de R\$ 131,3 milhões, o Fundo Aeroespacial realizou, até 31 de dezembro de 2016, investimento em cinco empresas.
- Fundo CRP Empreendedor, fundo de investimento em pequenas e médias empresas emergentes e inovadoras nacionais, com foco nos setores de petróleo e gás, bens de capital, energias renováveis, nanotecnologia, fármacos, biotecnologia e novos materiais. Com capital subscrito de R\$ 100,7 milhões, fechou sua captação em dezembro de 2015 com investimento em sete empresas.
- Fundo BBI Financeal I, tem como objetivo o tema ciências da vida e atua com foco setorial em empresas biofarmacêuticas, farmacêuticas, de equipamentos médicos, diagnósticos, saúde, serviços de bem estar, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocombustíveis e bioquímicos, localizadas em todo Brasil. Com capital subscrito de R\$ 176,4 milhões, investiu, até 31 de dezembro de 2016, em cinco empresas.
- Fundo Performa Investimentos SC-I, tem como objetivo o investimento em empresas emergentes inovadoras localizadas no Estado de São Paulo e tem foco nos setores de tecnologias sustentáveis (*clean tech*), biotecnologia, aplicações médicas, nanotecnologia e tecnologia da informação. Com capital subscrito de R\$ 26,0 milhões, fechou sua captação em agosto de 2015 com investimento em sete empresas.

Até 31 de dezembro de 2016, 36 empresas foram investidas por meio dos Fundos de Investimento em Participações, das quais 27 estão localizadas no Estado de São Paulo.

Fundo InfraPaulista

Em novembro de 2015, o Governo do Estado de São Paulo lançou o InfraPaulista, fundo de investimento para viabilizar projetos de infraestrutura em municípios paulistas. A iniciativa, inédita no país, pretende atrair investidores para projetos em áreas que resultem em melhoria da infraestrutura de portos, aeroportos, geração de energia limpa, transporte sobre trilhos, resíduos sólidos, logística, dentre outros. Também há a perspectiva de redução de passivos municipais para com os seus regimes próprios de previdência por meio da constituição de um fundo imobiliário. A gestão do InfraPaulista será feita pela gestora de fundos da *holding* Brasil Plural e, nessa parceria, a Desenvolve SP será o *advisor*, ou seja, atuará na apresentação dos projetos de infraestrutura ao fundo, que avaliará a viabilidade e decidirá pelo investimento. Poderão participar como cotistas investidores privados, fundos de pensão dos municípios (RPPS), fundos de previdência, organismos multilaterais, dentre outros. Os projetos que serão apresentados ao InfraPaulista deverão ser elaborados e realizados pela iniciativa privada e precisarão demonstrar sustentabilidade financeira e elevado interesse público, resultando na melhoria da infraestrutura dos municípios paulistas.

5 PARCEIROS

A Desenvolve SP possui um modelo de negócios baseado na parceria com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, abrangendo todo o território paulista e viabilizando o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

Em 31 de dezembro de 2016, a instituição registrou um total de 26

parcerias, com destaque para a parceria firmada, em junho, com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), para promover projetos de eficiência energética no Estado de São Paulo, e com a Agência de Desenvolvimento e Inovação de Sorocaba (Inova Sorocaba). Durante o ano de 2016, a Desenvolve SP participou de 87 feiras e eventos, junto com seus parceiros, para divulgação das linhas de financiamento.

Em 2016, a Desenvolve SP assinou, também, acordo operacional com a *China National Machinery Import & Export* (CMC), a qual coordena os investimentos de origem chinesa por diversos países. O acordo tem o objetivo de prospectar potenciais projetos de investimento, além da colaboração entre as partes para que esses sejam operacionalizados.

A Desenvolve SP tem, ainda, acordo operacional firmado com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), as Indústrias Romi, o *KfW Bankengruppe* (KfW), agente financeiro do Governo Federal Alemão, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), dentre outros.

IV GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da Desenvolve SP proporciona a tomada de decisão sempre de forma colegiada e por alçadas, reforçando a transparência e a responsabilidade corporativa da instituição.

A Desenvolve SP é administrada pelo Conselho de Administração, órgão de decisão superior e responsável pela orientação estratégica da instituição, e pela Diretoria Colegiada, que exerce a administração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

Além do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, a estrutura de Governança Corporativa da instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados, garantindo um processo de tomada de decisão cada vez mais transparente e responsável: Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Ética, Comitê de Projeto e Crédito, Comitê de Investimentos, Comitê de Contratações Administrativas, Comitê de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro, Comitê de Avaliação de Desempenho e a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso.

A estrutura organizacional da Desenvolve SP é composta por quatro diretorias, treze superintendências, 29 gerências, além de uma Consultoria de Parcerias e do Gabinete da Presidência, conforme organograma.

A instituição possui, também, em sua estrutura, a Ouvidoria e o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e, com isso, além de atender às exigências legais, fortalece suas diretrizes e princípios de Governança Corporativa.

1 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

1.1 Transparência

No site da Desenvolve SP, na página denominada “Transparência”, são divulgadas as informações de interesse público relacionadas à atuação da instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contratos, e informações referentes aos processos internos e externos da Desenvolve SP.

Há, também, no site institucional, página dedicada à Governança Corporativa onde estão disponíveis informações sobre a administração da Desenvolve SP, órgãos colegiados e seus regulamentos, planejamento estratégico e suas diretrizes, políticas corporativas, informações sobre gestão de riscos, sustentabilidade e estrutura organizacional.

1.2 Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

O SIC é uma unidade de atendimento responsável por prestar orientações, receber e gerenciar os pedidos de informações, bem como disponibilizar ao cidadão, por meio da página “Transparência” do site institucional, as informações de seu interesse.

No ano de 2016, o SIC registrou um total de 38 pedidos de acesso à informação, sendo todas as solicitações respondidas no prazo exigido pelos normativos vigentes.

2 OUVIDORIA E CANAL DO COLABORADOR

A Ouvidoria da Desenvolve SP tem como missão assegurar o cumprimento das exigências legais e regulamentares relativas aos direitos dos clientes, atuando como canal de comunicação entre a instituição, os parceiros e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, sendo responsável por prestar orientações, receber e gerenciar manifestações de forma transparente, independente e imparcial, inclusive na mediação de conflitos. Em 2016, a Ouvidoria registrou onze manifestações, sendo seis reclamações, das quais três classificadas como improcedentes, dois elogios, duas críticas e uma sugestão, com todas as reclamações respondidas no prazo exigido pela Resolução do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 4.433, de 23 de julho de 2015.

Em complemento, a Desenvolve SP conta com um canal de comunicação interno, denominado “Canal do Colaborador”, responsável por receber e dar atendimento às manifestações de seus colaboradores, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

3 AUDITORIA INTERNA

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, ligada administrativamente à Presidência e supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores operacionais e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

Os trabalhos de auditorias preventivas, corretivas e de rotina, realizados nas diversas unidades da instituição, objetivam a inibição de possíveis fraudes contra o patrimônio e as finanças da organização, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e externas, assegurando que os procedimentos adotados estejam aderentes às políticas definidas e à legislação vigente.

4 GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2016 com 157 empregados ativos, além de quatro Diretores, dezenove estagiários, quatro jovens aprendizes e quarenta empregados terceirizados, totalizando uma força de trabalho de 224 colaboradores.

O quadro de funcionários é composto por 53% de mulheres e 47% de homens, com uma média de idade de 40 anos, sendo todos graduados e 32% pós-graduados. Dos colaboradores em cargos de liderança, 52% são mulheres e 48% homens.

A Desenvolve SP acredita que valores morais como respeito, seriedade, honestidade e lealdade devem fazer parte da conduta e postura profissional de seus colaboradores, espelhados em seu Código de Ética e Conduta e no Programa de Integridade Anticorrupção.

V APOIO À INOVAÇÃO

A Desenvolve SP acredita que o apoio à inovação, uma das quatro diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da instituição, para o período de 2016 a 2019, é a grande oportunidade para o aumento da produtividade e o caminho para alavancar o crescimento econômico. Para tanto, fomenta iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

O desenvolvimento tecnológico, a qualificação e diferenciação do produto possibilitam que a empresa obtenha destaque comercial, além de se tornar

continua →☆

Diferenças Temporárias	31.12.2015	Baixa	Constituição	31.12.2016
Provisões - créditos de liquidação duvidosa	44.411	14.464	18.309	48.256
Provisões - despesas administrativas	596	596	510	510
Provisões - desvalorização de títulos livres	1.749	334	547	1.962
Provisões - passivos contingentes	-	-	211	211
Total	46.756	15.394	19.577	50.939

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, depende da geração de lucros tributáveis futuros, apurados na previsão orçamentária elaborada de acordo com o planejamento estratégico, cenário macroeconômico, desempenho histórico e o crescimento esperado no mercado de atuação. A previsão orçamentária suporta a elaboração de estudo técnico para constituição dos créditos tributários, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002.

O fluxo de realização dos créditos tributários está demonstrado a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 2021	Total
Valor nominal	28.387	17.893	3.001	-	801		857 50.939
Valor presente	26.876	15.400	2.193	-	529		508 45.506

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com Partes Relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o estado de São Paulo com 99,998% das ações.

Durante o exercício de 2016, foi adquirido o imóvel onde localiza-se a sede da Instituição, que pertence à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 30.749, conforme laudo de avaliação elaborado pela Procuradoria Geral do Estado.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Semestre/2016	31.12.2016	31.12.2015
Benefícios de curto prazo	1.670	3.344	2.918
Diretoria	917	1.794	1.637
Conselho de administração	410	853	660
Comitê de auditoria	222	445	382
Conselho fiscal	121	252	239
Outros benefícios de longo prazo	161	322	300
Diretoria	161	322	300
Total	1.831	3.666	3.218

14 - Contingências

Natureza	31.12.2015	Baixa	Constituição	31.12.2016
Trabalhista	26	-	471	497
Cível	-	-	56	56
Total	26	-	527	553

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

Não há contingências passivas classificadas como possíveis que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), unidade ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e

operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e *Compliance*.

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível ao público na sede da instituição.

16 - Estrutura de Sistemas

A Desenvolve SP desenvolveu modelos e metodologias para que os riscos inerentes às atividades desenvolvidas sejam identificados, avaliados, monitorados e minimizados em um nível aceitável pela alta administração. Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de modelos proprietários.

17 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco Operacional

O MNP - Controles Internos e *Compliance*, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria. O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores complementa as ações de controles internos e contribui para a mitigação do risco operacional.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWA_{OPAD} conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (Bacen).

Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da **Abordagem do Indicador Básico**.

b) Risco de Mercado

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R_{BAN}) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Bacen.

c) Risco de Crédito

A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito segregava a gestão do risco de crédito, realizada pela Suric, da gestão do crédito, da seguinte forma:

- Gestão do crédito:
- Superintendência de Crédito (Sucr): responsável principalmente pela análise prévia, realização e repactuação de operações sujeitas ao risco de crédito e pela classificação dessas operações em categorias (*rating*), com base em critérios consistentes e passíveis de verificação;
- Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), é responsável pelos procedimentos para recuperação de créditos e para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito;
- Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Getin.3), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A Suric é responsável principalmente pela mensuração, monitoramento e controle da exposição ao risco de crédito e pela estimação, segundo critérios consistentes e prudentes, das perdas associadas ao risco de crédito, bem como pela realização de simulações de condições extremas de mercado (testes de stress).

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD}, cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644, de 04/03/2013.

d) Risco de Liquidez

Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Gerenciamento de Capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

18 - Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental

A Resolução nº 4.327, de 25/04/2014, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), prevê, entre outros, que a PRSA deve estabelecer diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental.

Nesse sentido, a Desenvolve SP aprovou cronograma para a implementação da Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental, que se encontra em fase de aprovação.

19 - Limites Operacionais

O Conselho Monetário Nacional, através do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito e operacional, no âmbito de Basileia III.

O cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	VALOR (R\$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.052.098
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA (PR _{RWA})	702.098
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	702.098
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR _I)	1.052.098
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR _{II})	-
CAPITAL PRINCIPAL	1.052.098
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000
LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	351.049
PARCELA RWA _{CPAD} - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.086.792
PARCELA RWA _{MPAD} - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	-
PARCELA RWA _{OPAD} - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada	225.696
PARCELA R _{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	2.196
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	1.312.488
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO R _{BAN}	570.294
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	317.189
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo = 9,875%)	53,49%
ÍNDICE DE BASILEIA AMPLO - inclui R_{BAN} (mínimo = 9,875%)	52,60%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	53,49%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	53,49%

CONTADOR	
	Lucivaldo Pereira Lima CRC 1SP258038/O-1

DIRETORIA COLEGIADA

Milton Luiz de Melo Santos Diretor Presidente	Álvaro Sedlacek Diretor Financeiro e de Negócios	Joaquim Elói Cirne de Toledo Diretor de Infraestrutura e TI	Julio Themes Neto Diretor de Fomento e de Crédito
--	---	--	--

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria:

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas em seu Regimento Interno, aprovado na reunião do Conselho de Administração de 29 de janeiro de 2015.

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. **1.3 Composição:** O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. São independentes e suas funções são indelegáveis. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo, e o Presidente possui comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria. A composição não sofreu alteração durante o ano de 2016. **2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 14 (quatorze) vezes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, realizando 118 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos de negócios à administração da Agência. Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais, sendo que as versões resumidas desses relatórios acompanham as demonstrações financeiras publicadas. Tais documentos permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). **3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição. **4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS:** A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo

reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) têm por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor. A KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno. Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. **5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA:** O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos até o presente momento. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. Registre-se que no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016, foram destacados dois Principais Assuntos de Auditoria (PAA), em consonância com as normas internacionais de emissão de relatórios de auditoria, adotadas a partir deste ano no Brasil: 1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD; e 2. Valor Recuperável dos Créditos Tributários (atendendo inclusive solicitação da área de supervisão do Bacen); Para ambos os assuntos, os auditores independentes descreveram as suas naturezas, a forma como esses assuntos foram conduzidos no processo de auditoria e as respectivas conclusões. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen. **7 CONCLUSÕES:** Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017

Jerônimo Antunes
Presidente

Francisco Vidal Luna Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social de 2016, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017

David Polessi de Moraes

Conselheiro

Grace Maria Monteiro da Silva Freitas

Conselheira

Humberto Baptistella Filho

Conselheiro

Isadora Chansky Cohen

Conselheira

Marcos Antonio Monteiro - Presidente da reunião

Arnaldo Calil Pereira Jardim - Conselheiro

José Luiz Ribeiro - Conselheiro

Luiz Carlos Motta - Conselheiro

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

Roberto Brás Matos Macedo - Conselheiro

Francisco Vidal Luna - Conselheiro

Lídia Goldenstein - Conselheira

Milton Luiz de Melo Santos - Conselheiro

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. São Paulo - SP. **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvolve SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD** - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3(d) e 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 66.115 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da Desenvolve SP. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria tomadas em conjunto. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Desenvolve SP na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Valor recuperável dos créditos tributários** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 12(b), as demonstrações contábeis incluem ativos relativos a

créditos tributários no valor de R\$ 50.939 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a Desenvolve SP adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Desenvolve SP em seu orçamento/plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela companhia nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Desenvolve SP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Desenvolve SP é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Desenvolve SP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Desenvolve SP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Desenvolve SP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Desenvolve SP. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Desenvolve SP. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenvolve SP a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0